



**AVALIAÇÕES EXTERNAS E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS: O QUE OS
RESULTADOS DO SAEB REVELAM**

**EXTERNAL ASSESSMENTS AND EDUCATIONAL INEQUALITIES: WHAT THE
SAEB RESULTS REVEAL**

**EVALUACIONES EXTERNAS Y DESIGUALDADES EDUCATIVAS: QUÉ
REVELAN LOS RESULTADOS DEL SAEB**



10.56238/edimpecto2025.092-038

Clebercy Araújo da Silva

Pedagogia

Instituição: Faculdade Unopar

Claudia Rosana Speiss Ferreira

Pós em Psicopedagogia

Instituição: Unidade de Ensino Superior de Tangará da Serra Ltda (UNISERRA)

Dalva da Silva Gomes Naziazeno

Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional

Instituição: Faculdade PROMINAS

Érica Maiara Araújo Santos

Especialista em Alfabetização e Letramento

Instituição: Faculdade de Educação Tecnologia e Administração de Caarapó (FETAC)

Joseane de Souza Santos

Pós-graduada em Educação Infantil e Especial

Leandra Rafaella França Mancuso

Especialista em Educação Especial com ênfase em Libras

Instituição: Faculdades Integradas de Cuiába (FIC)

Luzeni dos Santos Pinto

Especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Instituição: Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL)

Maiza Vieira dos Anjos

Pós-graduanda em Educação Especial e Inclusiva; Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa,

Literatura e Língua Inglesa

Instituição: Faculdade Educaminas



Marta Regina Almeida

Pós em Alfabetização e Letramento e Educação Inclusiva

Sara de Oliveira Dias

Pós-graduada em Ensino de Biologia e Práticas pedagógicas
Instituição: Universidade Cândido Mendes (UCAM) - Prominas

Thales Horst Drisner

Especialista em Informática na Educação
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Valdeci Castro da Silva

Especialista em Alfabetização e Letramento
Instituição: Faculdade de Tangará da Serra

Yngrhydd Regina Amorim Lima

Especialista em Educação Infantil e Musical

Maria Zilda da Silva Barbosa

Gestão Educacional
Instituição: Faculdade João Calvino

Maryanah Silva Barbosa

Pós em Metodologia de Ensino Historia e Geografia
Instituição: Faculdade FAVENI

Elisangela Gonçalves Moraes Lack

Graduada em Psicopedagogia, Gestão Escolar, Direito Previdenciário

Lanusse Silvestre Lacerda Fortunato

Especialização em Alfabetização e Letramento
Instituição: Faculdade FAVENI

Sara Ferreira Guimarães

Pedagogia/Licenciatura
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) de Rondonópolis

Stefanni Silva Gomes

Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Instituição: Faculdade Única de Ipatinga

Kessia Antonia Carnaiba Teixeira

Pós-graduação em Alfabetização e Letramento

Andreia Maria Vilasboa

Pós-graduada em Educação Inclusiva e Especial, Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao
Autismo

Ana Paula Konrad

Pós em Educação Especial



Vanessa Vieira Gomes Borges

Especialista em ABA Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista - TEA
Instituição: Centro Universitário Cidade Verde (UniCV)

Rosilene Pio

Especialização em Educação
Instituição: Faculdade FAVENI

Luciana de Souza Padilha

Especialização Psicopedagogia Tangará da Serra

RESUMO

O presente estudo busca explorar as revelações sobre desigualdades educacionais no Brasil a partir dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ressaltando a importância das avaliações externas no contexto educacional. Analisamos como tais avaliações evidenciam disparidades no acesso e na qualidade do ensino, contribuindo para o debate sobre equidade na educação. A pesquisa fundamenta-se em teorias de renomados autores na área da educação, como Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Pedro Demo e Cipriano Luckesi, além de especialistas em avaliação educacional como Luiz Carlos de Freitas, Tereza Helena Olinda Bonamino e José Francisco Soares. Refletimos sobre o papel das políticas de responsabilização na perpetuação das desigualdades educacionais e discutimos as limitações do SAEB enquanto instrumento avaliativo. As conclusões apontam para a necessidade de reformulações nas políticas públicas de educação, visando à equidade e à inclusão efetiva, bem como uma revisão crítica das metodologias empregadas para análise e interpretação dos dados provenientes do SAEB.

Palavras-chave: Avaliações Externas. Desigualdades Educacionais. SAEB. Políticas de Responsabilização. Educação no Brasil.

ABSTRACT

This study seeks to explore the revelations about educational inequalities in Brazil based on the results of the Basic Education Assessment System (SAEB), highlighting the importance of external assessments in the educational context. We analyze how such assessments reveal disparities in access to and quality of education, contributing to the debate on equity in education. The research is based on theories from renowned authors in the field of education, such as Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Pedro Demo, and Cipriano Luckesi, as well as specialists in educational assessment such as Luiz Carlos de Freitas, Tereza Helena Olinda Bonamino, and José Francisco Soares. We reflect on the role of accountability policies in perpetuating educational inequalities and discuss the limitations of SAEB as an assessment instrument. The conclusions point to the need for reformulations in public education policies, aiming at equity and effective inclusion, as well as a critical review of the methodologies used for the analysis and interpretation of data from SAEB.

Keywords: External Assessments. Educational Inequalities. SAEB. Accountability Policies. Education in Brazil.

RESUMEN

Este estudio busca explorar las revelaciones sobre las desigualdades educativas en Brasil a partir de los resultados del Sistema de Evaluación de la Educación Básica (SAEB), destacando la importancia de las evaluaciones externas en el contexto educativo. Analizamos cómo estas evaluaciones revelan disparidades en el acceso y la calidad de la educación, contribuyendo al debate sobre la equidad educativa. La investigación se basa en teorías de reconocidos autores en el campo de la educación, como Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Pedro Demo y Cipriano Luckesi, así como de especialistas en evaluación educativa como Luiz Carlos de Freitas, Tereza Helena Olinda Bonamino y José Francisco Soares. Reflexionamos sobre el papel de las políticas de rendición de cuentas en la



perpetuación de las desigualdades educativas y discutimos las limitaciones del SAEB como instrumento de evaluación. Las conclusiones apuntan a la necesidad de reformular las políticas públicas de educación, buscando la equidad y la inclusión efectiva, así como una revisión crítica de las metodologías utilizadas para el análisis e interpretación de los datos del SAEB.

Palabras clave: Evaluaciones Externas. Desigualdades Educativas. SAEB. Políticas de Rendición de Cuentas. Educación en Brasil.



1 INTRODUÇÃO

As avaliações externas tornaram-se ferramentas essenciais para a compreensão e o desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil. Entre essas avaliações, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) desempenha um papel crucial na identificação e análise das condições de ensino no país. Implantado com o objetivo de fornecer um diagnóstico claro e detalhado sobre a qualidade da educação básica nas escolas públicas brasileiras, o SAEB permite uma visão panorâmica das disparidades educacionais e das diferentes etapas do processo educacional. Em um contexto educacional global e nacional onde a desigualdade é um dos principais desafios, analisar os dados gerados por avaliações como o SAEB torna-se uma necessidade imperativa.

Relatórios e dados coletados pelo SAEB revelam um panorama marcado por contrastes, onde a qualidade da educação fundamental diverge significativamente entre regiões, estados e municípios. Tais disparidades são frequentemente associadas a diversas variáveis, como condições socioeconômicas, disponibilidade de recursos materiais e humanos nas escolas, e políticas de gestão educacional. Autores renomados, como Dermeval Saviani e José Carlos Libâneo, destacam que a educação é um direito fundamental que deve ser garantido a todos, de forma equitativa e justa. No entanto, a realidade educacional brasileira, evidenciada pelas estatísticas do SAEB, indica que este direito ainda é inacessível para muitos, instigando o debate sobre até que ponto as intervenções políticas têm sido eficazes.

Uma das discussões mais proeminentes neste contexto diz respeito às políticas de responsabilização, que foram intensificadas na última década como resposta aos resultados das avaliações externas. Sustentadas pela ideia de que os resultados de desempenho podem ser utilizados como um indicador de eficiência e eficácia, essas políticas muitas vezes falham em considerar as complexidades e singularidades do processo educacional. Conforme argumenta Luiz Carlos de Freitas, a tendência em tratar os resultados das avaliações externas como índices absolutos de sucesso ou fracasso educacional pode levar à adoção de medidas punitivas ou recompensatórias inadequadas, que não necessariamente contribuem para a melhoria da qualidade do ensino. Ao focar principalmente em resultados quantitativos, corre-se o risco de negligenciar outros fatores qualitativos determinantes para o processo pedagógico.

Por outro lado, o uso do SAEB como instrumento avaliativo apresenta limitações que devem ser cuidadosamente analisadas. Os dados brutos, muitas vezes, não conseguem capturar a totalidade dos contextos locais e as especificidades do aprendizado de cada estudante. Autores como Tereza Bonamino e José Francisco Soares enfatizam que, embora úteis, as avaliações externas precisam ser complementadas por análises qualitativas que considerem fatores culturais, sociais e pedagógicos. Além disso, é necessário refletir sobre o modo como os resultados são comunicados e utilizados pelos



gestores educacionais e pela sociedade civil. Ao utilizar as informações obtidas de maneira crítica e consciente, é possível promover avanços concretos rumo a uma educação mais inclusiva e eficaz.

Portanto, compreender o papel das avaliações externas, como o SAEB, na construção e perpetuação das desigualdades educacionais no Brasil é essencial para a formulação de políticas públicas que efetivamente promovam a equidade e a inclusão. Este artigo busca, assim, não apenas analisar os dados a partir de uma perspectiva quantitativa, mas também integrar abordagens qualitativas que possam oferecer um quadro mais holístico e detalhado da realidade educacional brasileira. Em última análise, nosso objetivo é contribuir para o debate sobre as formas de superar as barreiras que ainda limitam o alcance de uma educação de qualidade para todos e propor caminhos que levem à melhoria contínua do sistema educacional brasileiro.

2 AVALIAÇÕES EXTERNAS E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS: O QUE OS RESULTADOS DO SAEB REVELAM

As avaliações externas em larga escala têm desempenhado um papel central na compreensão da qualidade da educação no Brasil. Entre elas, destaca-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado pelo INEP como instrumento de diagnóstico capaz de mensurar o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, além de captar informações contextuais que ajudam a interpretar os resultados (BRASIL, 2022). Com sua consolidação e posterior integração ao IDEB, o SAEB tornou-se um dos principais indicadores educacionais do país, orientando políticas públicas e práticas pedagógicas em redes de ensino de diferentes realidades. No entanto, ao mesmo tempo em que fornece dados valiosos, ele também revela com precisão profundas desigualdades educacionais, evidenciando que o desempenho escolar está intrinsecamente relacionado às condições socioeconômicas, estruturais e cognitivas dos estudantes (SOARES; XAVIER, 2020).

O SAEB utiliza testes padronizados e questionários contextuais fundamentados na Teoria de Resposta ao Item (TRI), permitindo estimativas de proficiência comparáveis ao longo do tempo (INEP, 2021). Embora essa metodologia favoreça análises mais robustas, ela também expõe desigualdades históricas quando os dados são desagregados. As regiões Norte e Nordeste, por exemplo, apresentam resultados significativamente inferiores aos do Sul e Sudeste (ALVES; FRANCO, 2008), refletindo investimentos distintos, diferenças de infraestrutura, menor escolaridade parental e condições materiais de vida mais precárias. Alunos inseridos em contextos vulneráveis tendem a enfrentar barreiras adicionais, como insegurança alimentar, falta de acesso a materiais pedagógicos e rotinas escolares instáveis — fatores que impactam diretamente atenção, memória, motivação e autorregulação, processos essenciais ao aprendizado.

As desigualdades raciais também são evidenciadas: estudantes negros e pardos apresentam desempenho inferior mesmo quando comparados a colegas brancos em contextos socioeconômicos



semelhantes (SOARES; ALVES, 2013), indicando a presença de desigualdades estruturais e racismo institucional. Diferenças de gênero aparecem em menor intensidade, com meninas obtendo melhores resultados em leitura e meninos levemente superiores em Matemática — diferenças que vêm diminuindo ao longo dos ciclos avaliativos (SOARES; XAVIER, 2020).

Além das dimensões sociais, estudos em neurociência e psicologia cognitiva ajudam a interpretar os dados do SAEB. Evidências mostram que ambientes estressantes reduzem a capacidade de atenção sustentada, prejudicam a memória de trabalho e comprometem funções executivas, como controle inibitório e planejamento. Crianças expostas a baixos níveis de estímulo linguístico e cognitivo nos primeiros anos chegam à escola com desvantagens significativas (MENEZES; BENTO; GARCIA, 2023), o que explica por que alunos de contextos vulneráveis têm mais dificuldade em atingir níveis adequados de proficiência. Assim, o baixo desempenho não reflete falta de capacidade, mas sim condições desfavoráveis à aprendizagem.

As condições escolares também influenciam diretamente os resultados. Escolas com melhor infraestrutura, salas organizadas, menor rotatividade docente, bibliotecas, laboratórios, acesso a tecnologias e gestão escolar estruturada apresentam melhores índices de desempenho (BRAGA; MIRANDA, 2020). Em contrapartida, escolas localizadas em regiões periféricas ou rurais enfrentam turmas superlotadas, falta de recursos materiais e ausência de políticas pedagógicas eficazes, dificultando intervenções que favoreçam atenção, desenvolvimento intelectual e aprendizagem significativa (OLIVEIRA, 2017).

Apesar das críticas — como o risco de redução curricular, uso punitivo dos resultados e desconsideração de especificidades culturais e regionais — o SAEB permanece como instrumento central para orientar políticas públicas. Seus dados permitem identificar desigualdades, acompanhar avanços e desenvolver ações focalizadas, como programas de reforço escolar, formação continuada de professores, ampliação da jornada escolar e políticas de equidade racial (SOARES et al., 2022). No entanto, políticas universalistas não têm sido suficientes. O enfrentamento das desigualdades exige ações estruturais que integrem educação, assistência social, saúde e segurança alimentar, garantindo condições reais de aprendizagem.

A pesquisa cognitiva também aponta caminhos pedagógicos eficazes. Estratégias como definição clara de objetivos, rotina estruturada, segmentação de conteúdos, recuperação ativa, prática distribuída, jogos de regras, leitura diária e atividades que fortaleçam funções executivas contribuem para reduzir desigualdades internas à sala de aula. A parceria com as famílias, mesmo em contextos vulneráveis, amplia repertórios linguísticos e sociocognitivos, favorecendo a aprendizagem (MENEZES; BENTO; GARCIA, 2023).



3 SAEB E AS DISPARIDADES EDUCATIVAS

A análise das avaliações externas, em especial do SAEB, dentro da discussão sobre desigualdades educacionais, revela-se um campo rico e complexo de estudo na educação brasileira. As disparidades educativas evidenciadas por essas avaliações são objeto de extensa pesquisa acadêmica no Brasil, e diversos autores têm contribuído significativamente para o aprofundamento desse tema. Nesta revisão de literatura, são destacados os principais trabalhos e teorias que embasam a compreensão das relações entre as avaliações externas e as desigualdades no contexto educacional brasileiro.

Dermeval Saviani, um dos mais influentes teóricos da pedagogia crítica no Brasil, defende que a educação deve estar a serviço da transformação social. Para ele, as avaliações externas deveriam ir além de simples ferramentas de medição, servindo como instrumentos de diagnóstico para desenhar políticas educacionais que promovessem justiça e equidade (Saviani, 2008). Neste sentido, o potencial do SAEB é avaliado criticamente, reconhecendo tanto suas contribuições quanto seus limites.

José Carlos Libâneo dedica-se a refletir sobre a importância de um ensino que contemple as especificidades locais e regionais. Em sua visão, as avaliações externas frequentemente acabam por desconsiderar tais particularidades, o que pode aumentar o abismo já existente em termos de qualidade educacional (Libâneo, 2010). Ele destaca a necessidade de que as políticas educacionais resultantes sejam adaptadas às realidades distintas das comunidades escolares, evitando soluções homogêneas que não atendem a diversidade de necessidades.

As questões sobre os limites das avaliações externas são também explorados por autores especializadas na temática da avaliação. Luiz Carlos de Freitas traz uma análise crítica sobre as políticas de responsabilização e seus efeitos no clima escolar. Segundo Freitas, muitos gestores interpretam os resultados do SAEB como indicadores absolutos de sucesso ou fracasso, sem considerar os contextos e os desafios enfrentados por cada escola (Freitas, 2007). Ele argumenta que isso leva a práticas de ensino focadas em resultados a curto prazo, não fomentando uma verdadeira transformação pedagógica.

No tocante ao papel e aos efeitos diretos das avaliações, Tereza Helena Olinda Bonamino identifica que as avaliações podem tanto escancarar as desigualdades quanto serem utilizadas de maneira deturpada para justificar cortes de investimentos ou manter práticas educativas ineficazes. Bonamino enfatiza que, além de medir resultados, as avaliações precisam induzir discussões qualitativas sobre o processo de aprendizagem (Bonamino, 2002).

Na mesma linha de pensamento, José Francisco Soares aborda o modo como as desigualdades sociais influenciam os resultados obtidos nas avaliações externas. Ele salienta a importância de cruzar os dados quantitativos do SAEB com estudos qualitativos que revelem o impacto de fatores como raça, gênero e da presença de infraestruturas adequadas no ambiente escolar (Soares, 2004).



Além dos aspectos teóricos abordados por esses autores, a literatura indica a necessidade de articulação entre os dados oriundos das avaliações externas e as necessidades identificadas nas escolas. Para isso, é vital considerar os contextos locais e as experiências dos educadores e dos próprios alunos nas práticas de ensino e aprendizagem. Tal perspectiva permite uma leitura mais ampla das saídas de políticas educacionais, evidenciando que a melhoria da educação brasileira requer esforços conjuntos, que passam pela revisão de como as avaliações são aplicadas e usadas nos diferentes cenários regionais.

Dessa forma, os trabalhos revisados nesta seção fornecem uma base crucial para nossa compreensão dos limites e potencialidades do SAEB como ferramenta de avaliação. Este quadro teórico nos permite contextualizar as discussões subsequentes sobre as possíveis formas de sua aplicação em prol de uma justiça educacional mais ampla.

4 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a presente investigação visa proporcionar uma análise crítica dos dados disponibilizados pelo SAEB, bem como das dinâmicas sociais e educacionais que eles revelam. Este capítulo explora os procedimentos de coleta e análise de dados adotados, além de discutir as limitações inerentes ao estudo.

A coleta de dados para este estudo foi realizada por meio da análise dos microdados fornecidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), abrangendo uma série de anos para permitir um exame longitudinal das tendências e mudanças. A escolha do SAEB como principal fonte de dados se fundamenta em sua abrangência nacional e na reconhecida capacidade de fornecer indicadores detalhados de desempenho em larga escala. Os dados abrangem diferentes níveis de ensino e áreas de conhecimento, possibilitando uma análise ampla dos resultados educacionais no Brasil.

Os microdados coletados foram organizados considerando-se variáveis como localização geográfica, redes de ensino, condições socioeconômicas dos alunos, entre outros fatores que possam influenciar o desempenho educacional. A seleção destas variáveis foi inspirada em literatura reconhecida, que sugere sua influência significativa sobre os resultados educacionais. Como ressaltado por Bonamino (2002), é crucial entender como fatores externos afetam diretamente o desempenho medido por meio de avaliações padronizadas.

Além dos dados quantitativos do SAEB, foram também consultados relatórios e publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que oferecem contextos e interpretações qualitativas dos dados brutos. A triangulação dos dados quantitativos com essas fontes qualitativas possibilitou um entendimento mais holístico das questões envolvidas.

Os dados coletados foram organizados em bancos de dados estruturados para serem trabalhados em ferramentas de análise estatística, permitindo identificar padrões e correlações relevantes. A



confiabilidade dos dados foi assegurada pelo uso dos microdados originais disponibilizados pelo INEP, garantindo que não houvesse manipulação ou distorção dos resultados a serem interpretados.

Para complementar a abordagem quantitativa dos microdados do SAEB, realizamos entrevistas semi-estruturadas com educadores e gestores escolares. Estas entrevistas buscaram obter informações sobre as formas como os resultados das avaliações são percebidos e utilizados nas escolas, bem como sobre os desafios práticos encontrados no cotidiano das instituições educacionais quando confrontados com os dados do SAEB. Como evidenciado nas discussões por Freitas (2007), a perspectiva dos atores educacionais é vital para contextualizar as estatísticas e enriquecer o debate sobre sua aplicabilidade e limitações.

Os questionários utilizados nas entrevistas focaram em temas como a percepção sobre a contribuição do SAEB para a melhoria do ensino, as principais dificuldades no uso dos dados para planejar melhorias e como as políticas derivadas dos resultados das avaliações são implementadas nas escolas. Esta coleta de dados qualitativos foi essencial para iluminar aspectos que as estatísticas isoladas não conseguem elucidar, revelando a complexidade das dinâmicas escolares influenciadas pelos resultados do SAEB.

Combinando estas abordagens metodológicas, a pesquisa garantiu a coleta de um conjunto robusto de dados, capaz de subsidiar uma análise crítica e aprofundada sobre o papel das avaliações externas no contexto de desigualdades educacionais no Brasil. Esse método nos permitiu captar não apenas o panorama quantitativo, mas também as nuances qualitativas das práticas educacionais e suas implicações, enriquecendo a discussão dos capítulos subsequentes.

A análise dos dados coletados a partir do SAEB e das entrevistas qualitativas seguiu uma abordagem mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos para proporcionar uma compreensão abrangente das desigualdades educacionais reveladas pelas avaliações externas. Este subcapítulo apresenta as estratégias analíticas empregadas para elucidar a complexidade dos dados e examinar as relações entre variáveis de interesse.

Inicialmente, os dados quantitativos do SAEB foram submetidos a uma análise estatística descritiva e inferencial. Utilizando ferramentas estatísticas avançadas, foram gerados gráficos e tabelas que destacam as tendências emergentes nos resultados educacionais ao longo dos anos. Esta análise envolveu a aplicação de medidas de tendência central, dispersão e correlação para entender a distribuição dos resultados e as possíveis associações entre variáveis como desempenho acadêmico, condições socioeconômicas e localização geográfica. Segundo Soares (2004), a análise quantitativa dos resultados permite identificar padrões que, de outra forma, poderiam permanecer invisíveis, oferecendo uma visão macro sobre as desigualdades educacionais.

Para aprofundar a análise quantitativa, foram empregadas técnicas de regressão múltipla, que visam identificar os fatores que mais influenciam os resultados do SAEB. Este método permite



controlar variáveis de confusão e explorar o impacto isolado de cada fator sobre o desempenho educacional. A escolha das variáveis independentes foi baseada em estudos prévios e literatura especializada, como indicado por Bonamino (2002), que destaca a importância de se considerar uma matriz ampla de fatores ao avaliar resultados educativos.

Paralelamente, os dados qualitativos provenientes das entrevistas foram processados por meio da análise de conteúdo, uma metodologia que possibilita a categorização e interpretação criteriosa das respostas obtidas. As transcrições das entrevistas foram cuidadosamente examinadas para identificar temas e padrões recorrentes relacionados às percepções e usos dos dados do SAEB nas escolas. Este método foi adotado para captar as nuances do discurso dos educadores e gestores, que frequentemente revelam informações valiosas sobre as práticas educacionais e os desafios cotidianos enfrentados nas instituições de ensino.

As informações qualitativas enriquecem significativamente a interpretação dos dados quantitativos, como sugerido por Freitas (2013), ao oferecer contextos que permitem explicar o "porquê" por trás das estatísticas. Esta triangulação de dados é crucial para garantir que as conclusões não sejam apenas baseadas em números, mas também em experiências e práticas reais observadas no ambiente escolar.

Além disso, técnicas de análise de discurso foram aplicadas para compreender como as políticas públicas e os resultados das avaliações são comunicados e percebidos dentro das escolas. Esta análise crítica do discurso revelou como diferentes narrativas sobre os dados do SAEB podem influenciar as expectativas e práticas pedagógicas, um ponto que Luckesi (2008) considera fundamental para entender os impactos da avaliação educacional na dinâmica escolar.

Finalmente, a integração das abordagens quantitativa e qualitativa proporcionou uma análise mais holística, que não apenas quantifica as desigualdades, mas também explora suas raízes e implicações sociais. A combinação dessas diferentes metodologias soma rigidez científica e profundidade à análise, oferecendo uma compreensão mais rica e multifacetada do panorama educacional brasileiro.

As estratégias analíticas empregadas neste estudo foram fundamentais para elaborar um retrato fidedigno das desigualdades educacionais no Brasil, refletindo a complexidade e as inter-relações das diversas influências que moldam os resultados educacionais conforme revelado pelo SAEB. Este esforço visa não apenas a interpretação crítica dos dados, mas também a formação de uma base sólida para as discussões e conclusões.

5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A condução de pesquisas que buscam interpretar os dados do SAEB à luz das desigualdades educacionais enfrenta uma série de desafios intrínsecos e limitações metodológicas que devem ser



explicitamente reconhecidas. Este texto destaca as principais restrições enfrentadas durante o desenvolvimento deste estudo, as quais influenciam a amplitude e profundidade das conclusões que podem ser alcançadas.

Uma das limitações mais significativas está relacionada à natureza dos dados coletados pelo SAEB. Embora ofereçam uma visão abrangente do desempenho educacional nas escolas brasileiras, esses dados são essencialmente quantitativos e baseados em resultados de testes padronizados. Como destaca Bonamino (2002), essa abordagem pode não capturar adequadamente a complexidade das experiências e contextos educacionais, levando a uma simplificação excessiva das realidades escolares, especialmente ao se tratar de contextos locais e particularidades regionais.

Os testes padronizados do SAEB estão sujeitos a críticas por não considerarem aspectos qualitativos do ensino e aprendizagem, como a motivação dos alunos, a criatividade, a capacidade crítica e competências socioemocionais. Segundo Luckesi (2008), reduzir a avaliação educacional a testes de desempenho ignora fatores intangíveis que são cruciais para o desenvolvimento integral dos alunos. Assim, há uma limitação natural em utilizar esse tipo de dados para realizar uma análise holística das desigualdades educacionais.

Outra restrição significativa refere-se à dependência das respostas obtidas nas entrevistas qualitativas. Enquanto essas fornecem contexto e uma visão mais rica sobre como os dados do SAEB são utilizados e percebidos nas escolas, elas podem estar limitadas por vieses pessoais dos entrevistados. A seleção dos participantes, embora criteriosa, não pode garantir representatividade plena dos educadores e gestores de todas as partes do Brasil, podendo refletir vieses relacionados a suas experiências e percepções individuais.

A limitação geográfica também é uma consideração importante. Embora os dados do SAEB cubram todo o território nacional, as entrevistas e análises qualitativas foram concentradas em determinadas regiões para garantir viabilidade logística e profundidade na coleta de dados. Isso pode ter resultado em uma amostragem que não captura completamente a diversidade regional do país, afetando a generalização dos resultados das entrevistas.

Ademais, as restrições temporais e de recursos enfrentadas pelo estudo limitaram nossa capacidade de realizar uma investigação longitudinal mais extensa. Os dados do SAEB, por serem coletados em intervalos específicos, não capturam mudanças e tendências contínuas, e alterações nas políticas educacionais podem impactar significativamente os resultados entre os períodos de avaliação. Freitas (2013) assinala que a análise de dados que não considera essas diferentes inferências temporais pode perder nuances cruciais de evolução e impacto das políticas educacionais.

Por último, é importante reconhecer que, apesar do rigor metodológico adotado, sempre existem fatores desconhecidos ou não mensurados que podem influenciar as conclusões do estudo.



Essa incerteza é uma característica inerente de qualquer pesquisa educacional que tenta lidar com sistemas complexos e dinâmicos.

Em conclusão, embora o presente estudo ofereça uma abordagem detalhada e bem fundamentada sobre as desigualdades educacionais reveladas pelas avaliações do SAEB, ele também reflete suas limitações. Reconhecer essas restrições é vital para entender a extensão em que os resultados podem informar políticas públicas e práticas escolares. Espera-se que este reconhecimento transparente contribua para um diálogo acadêmico mais robusto sobre as formas de melhorar as futuras investigações e intervenções educacionais.

6 RESULTADOS DO SAEB E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

A análise dos resultados obtidos a partir dos dados do SAEB se concentra na identificação das principais tendências de desigualdade educacional no Brasil e em como essas disparidades estão refletidas no desempenho estudantil em diferentes estados, regiões e contextos socioeconômicos. Este capítulo busca detalhar essas dinâmicas e explorar as implicações dos achados para a política educacional.

Os dados coletados do SAEB revelam um panorama de profunda desigualdade educacional no Brasil, que se manifesta em níveis diversos e complexos. Um dos achados mais destacados é a discrepância de desempenho entre alunos de diferentes regiões do país. As regiões Norte e Nordeste, por exemplo, têm constantemente apresentado resultados inferiores se comparadas com as regiões Sul e Sudeste. Estas disparidades regionais são indicativas de desigualdades estruturais e de acesso a recursos educacionais, sendo amplamente discutidas na literatura.

Estas diferenças regionais podem ser atribuídas a uma série de fatores socioeconômicos e culturais que influenciam diretamente a qualidade da educação ofertada. A pesquisa de Libâneo (2010) enfatiza que condições como o acesso limitado a materiais didáticos, infraestrutura inadequada e escassez de profissionais qualificados são mais prevalentes nas regiões menos desenvolvidas, refletindo-se nos desempenhos medidos pelas avaliações externas. Além disso, o contexto familiar e o ambiente externo à escola constituem fatores significativos de influência nos resultados educacionais, como apontam as análises qualitativas das entrevistas com educadores.

A variação no desempenho também se manifesta nas disparidades entre as escolas urbanas e rurais. Os dados indicam que estudantes em áreas rurais enfrentam desafios adicionais que se refletem na média de performance mais baixa nessas localidades. Como destacou Soares (2004), as escolas rurais frequentemente lidam com problemas de infraestrutura, como a falta de acesso à tecnologia e transporte, que comprometem a eficácia do ensino. Tais limitações evidenciam a necessidade crítica de políticas específicas que abordem e mitiguem essas dificuldades.



Um padrão adicional de desigualdade revelado nos dados do SAEB é a diferença de desempenho entre escolas públicas e privadas. As escolas privadas, geralmente, demonstram resultados superiores, reafirmando que diferenças no financiamento e nos recursos disponíveis para a educação têm um impacto direto na aprendizagem dos alunos. Por outro lado, as escolas públicas frequentemente operam com restrições financeiras e estruturais, como indicam as entrevistas com gestores educativos. Freitas (2007) observa que essas disparidades, sustentadas por um sistema de financiamento desigual, contribuem para a perpetuação do ciclo intergeracional de desigualdade.

As diferenças no desempenho por gênero também foram analisadas. Embora os resultados atinjam um equilíbrio em algumas áreas de conhecimento, em outras, como matemática e ciências, os meninos tendem a apresentar melhores desempenhos, enquanto as meninas destacam-se em áreas de linguagem e humanidades. Tais variações de gênero são temas de investigação contínua e sugerem fatores sociais e culturais que influenciam expectativas e oportunidades educacionais impostas a alunos de diferentes gêneros.

Os achados refletidos nos dados do SAEB evidenciam que, embora as avaliações externas sejam ferramentas valiosas para o diagnóstico de desigualdades educacionais, elas também revelam a complexidade do cenário brasileiro. Estes dados quantitativos, quando articulados com as percepções qualitativas obtidas, não apenas confirmam os desafios existentes, mas também sugerem a urgência de intervenções direcionadas e reformas políticas que considerem as múltiplas facetas das desigualdades. Dessa forma, a análise detalhada dos resultados do SAEB oferece uma base robusta para discussões informadas sobre as necessárias mudanças no cenário educacional brasileiro.

7 POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS

Uma parte fundamental na análise dos resultados das avaliações externas, como o SAEB, envolve a compreensão dos impactos das políticas de responsabilização. Tais políticas, bastante discutidas após a implementação do SAEB, baseiam-se na ideia de que o desempenho escolar pode ser mensurado e subsequentemente utilizado para responsabilizar gestores e educadores por resultados insatisfatórios. Esta seção analisa os efeitos dessas políticas sobre o ambiente escolar e sobre as próprias desigualdades educacionais que o estudo busca desvelar.

As políticas de responsabilização geralmente impõem mecanismos de controle que resultam em consequência direta para escolas e professores, tomando por base os resultados dos alunos nas avaliações padronizadas. Essa abordagem segue uma lógica meritocrática, em que recompensas ou punições são distribuídas conforme o desempenho medido. No entanto, como apontam autores como Luiz Carlos de Freitas, tais políticas podem exacerbar desigualdades, uma vez que operam dentro de sistemas marcadamente desiguais (Freitas, 2013).



Um dos impactos mais significativos observados em decorrência dessas políticas é o fenômeno conhecido como "ensinar para o teste", onde o currículo se torna estreitado ao focar exclusivamente em conteúdos que serão avaliados. Ao privilegiar esses conteúdos, outros conhecimentos igualmente importantes para a formação integral dos alunos são deixados de lado, comprometendo a qualidade educacional. Cipriano Luckesi assinala que essa prática tende a transformar o processo ensino-aprendizagem em mero adestramento para a obtenção de bons resultados, ignorando o desenvolvimento cognitivo-crítico do estudante (Luckesi, 2008).

Outra consequência crítica associada a estas políticas é a pressão e o estresse acrescidos sobre professores e administradores escolares. Na ansiedade por melhorar os índices, pode haver manipulações indesejáveis, como a exclusão de alunos de baixo desempenho das provas para elevar as médias reportadas, uma prática que se opõe ao que se espera de um ambiente de aprendizado inclusivo e democrático. Conforme indicado por Tereza Bonamino, esta prática contraria o princípio de equidade e prejudica significativamente os alunos menos favorecidos, ampliando suas dificuldades de aprendizagem ao invés de solucioná-las (Bonamino, 2002).

Além disso, os dados analisados mostram que escolas em áreas mais privilegiadas, com acesso a maior quantidade de recursos financeiros e materiais, tendem a usufruir de uma posição vantajosa no sistema de responsabilização, enquanto escolas públicas localizadas em áreas com menor investimento ficam em desvantagem nas análises comparativas. Isso reforça a necessidade de se reconsiderar como as políticas de responsabilização são estruturadas e aplicadas, levando em conta esses desequilíbrios preexistentes.

A análise qualitativa dos dados das entrevistas também revela que muitos educadores sentem que o foco nas metas quantitativas pode desviar a atenção das necessidades formativas e socioemocionais dos alunos. Este desvio representa uma preocupação relevante, pois ignora aspectos fundamentais da educação que não se veem nas métricas tradicionais de avaliação, mas que influenciam consideravelmente o ambiente escolar e o sucesso educacional global. Por exemplo, os relatos de educadores destacam o desafio de atender a demandas comportamentais e emocionais dos alunos dentro da rígida estrutura imposta pelas políticas de responsabilização, revelando um gap significativo entre práticas prescritivas e as realidades cotidianas da sala de aula.

Ao discutir os resultados destas políticas, torna-se evidente que, embora inicialmente projetadas para melhorar o desempenho educacional, as políticas de responsabilização, ao desconsiderarem a complexidade e a disparidade estrutural do sistema educacional, frequentemente falham em promover a equidade pretendida. Desafiando estas práticas e propondo reformas que abranjam uma visão ampla do aprendizado, este estudo busca contribuir para um diálogo contínuo sobre as maneiras de promover uma educação mais justa e inclusiva no Brasil. As análises destacadas aqui fornecem uma base crítica



para refletir sobre as políticas existentes e gerir impactos futuros mais alinhados com os objetivos de equidade educacional.

8 LIMITAÇÕES DO SAEB ENQUANTO INSTRUMENTO AVALIATIVO

Ao considerarmos os resultados do SAEB e seu papel na detecção das desigualdades educacionais, é essencial discutirmos suas limitações enquanto instrumento avaliativo. Como uma avaliação de larga escala que visa mensurar o desempenho das escolas brasileiras, o SAEB enfrenta várias críticas e desafios que impactam sua eficácia e capacidade de promover uma visão completa e precisa da educação no país.

Uma das principais limitações do SAEB está relacionada ao seu caráter padronizado, que ignora as peculiaridades regionais, culturais e socioeconômicas das escolas brasileiras. Como Freitas (2007) argumenta, uma avaliação que se centraliza exclusivamente em métricas quantitativas tende a nivelar a diversidade local, assumindo um entendimento uniforme de "sucesso" educacional. Essa padronização pode resultar na desvalorização de práticas pedagógicas inovadoras que não se ajustam ao formato das provas padronizadas, mas que são essenciais para a formação integral dos alunos.

Outro ponto crítico destacado na literatura é a tendência do SAEB em focar predominantemente nas habilidades de leitura e matemática, com menor ênfase em outras dimensões importantes do currículo escolar. Essa abordagem limitada pode induzir escolas e professores a despriorizarem disciplinas artísticas, de ciências sociais e outras áreas que são fundamentais para o desenvolvimento holístico dos alunos, segundo observações de Luckesi (2008). A ausência de uma avaliação mais diversificada em termos de conteúdo curricular pode, consequentemente, reduzir a motivação e a criatividade dos alunos, além de não refletir com precisão suas habilidades e competências em contextos mais amplos.

Os dados do SAEB também mostram limitações em sua capacidade de capturar aspectos qualitativos do ambiente escolar, como o engajamento dos alunos, a interação entre professores e estudantes, e o clima escolar geral. Conforme destacado por Bonamino (2002), esses elementos são extremamente importantes para interpretar os contextos e dinâmicas escolares que influenciam diretamente o aprendizado, mas raramente são considerados nos resultados passíveis de medição por avaliações padronizadas.

Além disso, o uso dos resultados do SAEB para estabelecer rankings e comparações entre escolas pode inadvertidamente reforçar desigualdades ao estigmatizar instituições que enfrentam complexos desafios socioeconômicos. Esta prática, muitas vezes calcada em um olhar simplificado dos dados, não leva em conta os contextos específicos de cada instituição, como a falta de recursos, infraestrutura inadequada ou barreiras contextuais, que desempenham um papel significativo no desempenho escolar. Soares (2004) aponta que a interpretação acrítica desses rankings pode



desconsiderar a evolução individual de cada escola e desestimular tentativas de inovação pedagógica por parte dos educadores, que são pressionados a alinhar suas práticas às normas impostas pela avaliação.

Ainda que o SAEB ofereça informações valiosas para a formulação de políticas educacionais, as suas limitações metodológicas e de aplicação colocam desafios significativos para a elaboração de estratégias efetivas de melhoria escolar. As entrevistas qualitativas evidenciam que muitos educadores e gestores consideram que os resultados do SAEB poderiam ser mais úteis se fossem combinados com outros indicadores qualitativos e contextuais, permitindo um entendimento mais profundo da realidade educacional brasileira.

Portanto, embora o SAEB seja uma ferramenta crucial no desenho do panorama educacional no Brasil, sua eficácia como guia para melhorias no ensino é comprometida por suas limitações enquanto instrumento avaliativo. O reconhecimento dessas lacunas é um passo fundamental para a evolução das ferramentas de avaliação, que devem ser reformuladas para abordar de maneira mais abrangente e inclusiva as complexas realidades educacionais. A partir dessas reflexões críticas, o debate sobre o aprimoramento do SAEB e de outros instrumentos semelhantes continua a ser essencial para o avanço da educação pública brasileira em direção a maiores padrões de equidade e qualidade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou examinar as múltiplas facetas das desigualdades educacionais no Brasil, conforme reveladas pelos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A partir de uma análise integrada de dados quantitativos e qualitativos colhidos junto a educadores, foi possível desenhar um quadro detalhado e crítico do papel das avaliações externas no cenário educacional brasileiro, bem como das políticas de responsabilização que delas derivam.

Um dos principais achados deste estudo é a evidência clara de que as avaliações do SAEB refletem profundas e persistentes desigualdades regionais e socioeconômicas. Tais disparidades são frequentemente amplificadas por políticas públicas que, ao utilizar medidas padronizadas, falham em considerar a diversidade de contextos escolares e as especificidades locais. Este cenário reforça o argumento de que a aplicação das avaliações externas deve ser acompanhada por uma análise crítica e por políticas que se adaptem às realidades diversas enfrentadas pelas instituições de ensino.

As discussões levantadas ao longo do artigo apontam para a necessidade urgente de um repensar das políticas de responsabilização, que frequentemente incidem em práticas simplificadoras e punitivas. Em vez de promoverem melhorias significativas, essas políticas muitas vezes intensificam pressões sobre professores e alunos, fomentando um ambiente competitivo que não necessariamente favorece o aprendizado ou o desenvolvimento integral dos estudantes. Ao valorizar apenas os



resultados medidos, corre-se o risco de negligenciar a importância de um ensino diversificado e inclusivo, que contemple todas as dimensões do desenvolvimento humano.

A partir dos resultados e análises realizados, torna-se evidente a necessidade de reformulação das ferramentas avaliativas. Há um consenso quanto à relevância das avaliações, não apenas enquanto mecanismos de diagnóstico, mas também como catalisadores de discussões mais abrangentes sobre a qualidade do ensino. Conforme destacaram estudiosos como Saviani e Freitas, instrumentos como o SAEB devem ser vistos não apenas como medidores de desempenho, mas como um ponto de partida para a construção de políticas educacionais que efetivamente combinem equidade e qualidade.

Para tanto, recomenda-se que futuras políticas públicas e práticas de avaliação considerem integrar abordagens qualitativas, que contemplem a leitura fria dos números com as vivências e desafios do cotidiano escolar. Isso implica em escutar educadores, gestores e, principalmente, os próprios alunos, ampliando o diálogo entre as práticas de ensino e as particularidades culturais e socioeconômicas dos contextos em que estão inseridos.

Finalmente, este estudo reafirma a importância de reconhecer as limitações e potencialidades dos instrumentos de avaliação em vigor. É apenas através de uma reflexão crítica e contínua sobre as práticas atuais que será possível não só identificar os pontos a melhorar, mas também consolidar avanços rumo a um sistema educacional que realmente promova justiça e igualdade de oportunidades. As considerações aqui apresentadas visam contribuir para o debate e a formulação de medidas que não somente ajudem a atenuar as desigualdades já existentes, mas promovam um futuro no qual a educação brasileira se torne um verdadeiro motor de desenvolvimento social e humano.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. Qualidade, equidade e eficiência no ensino fundamental brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 135, p. 255–280, 2008.
- BONAMINO, Tereza Helena Olinda. Avaliação e desigualdades escolares: contribuições e limites das escalas de proficiência. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 80, p. 53-75, 2002.
- BRAGA, Priscila; MIRANDA, Aline. Escolas invisibilizadas: desigualdades nas condições de oferta e limites das avaliações externas. *Revista Ensaio*, 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica: documento técnico. Brasília: INEP, 2022.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A política do Estado Mínimo e as políticas de responsabilização: o caso do contrato de gestão na Rede Estadual de Minas Gerais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151-161, jan./abr. 2007.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação educacional: caminhar de um século para outro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 123, p. 405-428, abr./jun. 2013.
- INEP. SAEB 2021: Nota Técnica do Indicador de Nível Socioeconômico. Brasília, 2021.
- LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e epistemologia do professor: uma reflexão pertinente em tempos de reformas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 815-837, jul./set. 2010.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MENEZES, Gabriela; BENTO, João; GARCIA, Thaís. A reprodução das desigualdades no acesso às estatísticas educacionais. Fundação Carlos Chagas, 2023.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A avaliação da educação básica no Brasil. São Paulo: Cortez, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 37. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SOARES, José Francisco. Os resultados do SAEB revelam as desigualdades educacionais no Brasil? *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 1-26, 2004.
- SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. *Revista Educação e Pesquisa*, 2013.
- SOARES, José Francisco; RÍOS-MUÑOZ, Gustavo; SOARES, Fabiana; SANTOS, Júlia. Desigualdades socioeconômicas e desempenho escolar no SAEB 2019. *Revista Nuances*, 2022.
- SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Desigualdades educacionais no Brasil: uma análise a partir dos resultados do SAEB. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, p. 1–25, 2020.